



Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

instituto
ITAÚSA

INSTITUTO ITAÚSA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Rodolfo Villela Marino

Conselheiros

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Guilherme Setubal Souza e Silva

Maria Alice Setubal

DIRETORIA

Diretor

Marcelo de Camargo Furtado

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

INSTITUTO ITAÚSA
BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.569
Total Circulante		1.569
TOTAL DO ATIVO		1.569
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	6	379
Tributos a recolher		2
Total Circulante		381
TOTAL DO PASSIVO		381
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	7.1	521
Fundo de reserva	7.2	667
Total do Patrimônio Líquido		1.188
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 2023 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A
31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
Receitas operacionais		
Receitas com doações - sem restrição	8	10.479
Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades	9	56
Total das receitas operacionais		<u>10.535</u>
Despesas operacionais		
Despesas com doações para projetos	10	(8.875)
Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades	9	(56)
Despesas gerais e administrativas	11	(951)
Total das despesas operacionais		<u>(9.882)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>653</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	12	19
Despesas financeiras	12	(5)
Total do resultado financeiro		<u>14</u>
Superávit do período		<u><u>667</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 2023
(INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Fundo de reserva	Superávit	Total
Saldo em 1º de agosto de 2023	-	-	-	-
Integralização do Patrimônio social	521	-	-	521
Superávit do período	-	-	667	667
Constituição de Fundo de reserva	-	667	(667)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	521	667	-	1.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 2023 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliação do superávit		
Superávit do período		667
		<u>667</u>
Variações nos Ativos e Passivos		
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		2
Aumento (Redução) em Fornecedores		379
		<u>381</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u><u>1.048</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Patrimônio social	7.1	521
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u><u>521</u></u>
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa		<u><u>1.569</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.569
		<u><u>1.569</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO ITAÚSA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Itaúsa ("INSTITUTO"), que iniciou suas atividades em agosto de 2023, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, constituído e existente segundo as leis brasileiras e está localizado na Av. Paulista nº 1938, 17º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Possui como associado mantenedor a Itaúsa S.A. ("ITAÚSA") que atua, por meio das suas investidas, nos segmentos financeiro, bens de consumo, materiais de construção civil, saneamento, energia e infraestrutura, disseminando os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor a seus acionistas, de forma sustentável. Possui no portfólio de investimentos marcas líderes em seus segmentos: Itaú Unibanco, Dexco, Alpargatas, CCR, Aegea Saneamento, Copa Energia e Nova Transportadora do Sudeste (NTS).

O INSTITUTO tem por finalidade promover o bem-estar social por meio da preservação do meio ambiente, assim entendido como clima, natureza e pessoas, e aumento da produtividade, com sustentabilidade, apoiados na inovação. Para a consecução das suas finalidades, o INSTITUTO tem por objeto social o fomento, impulsionamento e promoção das seguintes causas de interesse público:

- (i) a educação em seu sentido amplo, incluindo o ensino, os cursos livres, a ciência, a tecnologia, a pesquisa, a inovação, a educação ambiental;
- (ii) a assistência social, em seu sentido amplo, nos eixos de inclusão no mundo do trabalho, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- (iii) a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;
- (iv) a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- (v) os estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- (vi) a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e sociais, do voluntariado, da democracia, e de outros valores universais; e
- (vii) a promoção de questões e princípios Environmental, Social and Governance ("ESG") – Ambiental, Social e Governança ("ASG") no âmbito de organizações com ou sem fins lucrativos.

Os recursos para manutenção das atividades do INSTITUTO são obtidos por meio de contribuições associativas (quando instituídas), doações espontâneas (recebidas de pessoas jurídicas), além dos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras provenientes destas doações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas disposições a serem observados por entidades sem fins lucrativos, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do INSTITUTO na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação do INSTITUTO.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração do INSTITUTO se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas poderão estar suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

Para as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 não foram realizadas estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios.

2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu revisões às normas já existentes.

Durante o exercício de 2023, não houve a adoção de nenhuma nova norma que impactasse as Demonstrações Contábeis do INSTITUTO.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações são as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.

O INSTITUTO avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

3.1.3. Valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração do INSTITUTO.

O INSTITUTO classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

O INSTITUTO entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

As contas bancárias estão reconhecidas pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Receitas com doações

São registradas mediante documentação hábil, pelo regime de competência, e desde que não haja a incerteza significativa na sua realização. Não há previsão de devolução das doações já realizadas. Adicionalmente, a Administração do INSTITUTO possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

3.4. Receitas e Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades

As receitas dos serviços recebidos de forma gratuita, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o INSTITUTO haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. São reconhecidas na Demonstração do Resultado como "Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades" em contrapartida, também da Demonstração do Resultado, na rubrica "Despesas com trabalhos voluntários e gratuidades".

3.5. Despesas com doações para projetos

São registradas pelo regime de competência, ou seja, quando os gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

3.6. Tributos incidentes e objetos de renúncia fiscal

Com relação à tributação federal, o INSTITUTO:

(a) Não está sujeito:

- ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), nos termos do § 1º do artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e
- à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em relação às receitas relativas às suas atividades próprias, nos termos do art. 14, X, da MP nº 2158-35, de 24 de agosto de 2001.

(b) Está sujeito:

- ao Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, nos termos do §2º do art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- à Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS), com base na folha de salários, nos termos do inciso III do art. 13 da MP nº 2158-35, de 24 de agosto de 2001; e
- à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), segundo o regime não-cumulativo, exceto as relativas às atividades próprias.

Com relação à tributação estadual, o INSTITUTO observa a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, com alterações, e o Decreto nº 46.655, de 1º de abril de 2002, ambos do Estado de São Paulo, quanto à incidência do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

O INSTITUTO mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez e segurança.

O INSTITUTO não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos no período apresentado.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

		31/12/2023		
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequente				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	5	2	1.549	1.549
			1.549	1.549
Custo amortizado				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Caixa e Bancos	5		20	20
			20	20
Total de Ativos financeiros			1.569	1.569
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	6		379	379
Total de Passivos financeiros			379	379

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, o INSTITUTO projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações, seguindo as regras contratuais, considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente se os instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que o INSTITUTO sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota do fundo de investimento no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como o INSTITUTO pode ser impactado pelas mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2023, os possíveis impactos nos resultados do INSTITUTO em função da variação de cada risco destacado para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. As taxas projetadas foram definidas por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Boletim Focus – Banco Central do Brasil).

	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	9,28% a.a.	146
Total				146

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade do INSTITUTO não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

O INSTITUTO realiza a gestão de seus recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. A Administração determina que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem o INSTITUTO a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco do INSTITUTO não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O INSTITUTO investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Todos os passivos financeiros do INSTITUTO estão registrados no Circulante, ou seja, com vencimento para os próximos 12 meses.

4.3. Gestão de capital

O INSTITUTO realiza a gestão de capital contínua de forma a garantir a continuidade de suas operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	<u>31/12/2023</u>
Caixa e Bancos	20
Aplicações financeiras	1.549
Fundos de investimento	1.549
Total	<u>1.569</u>

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores - Moeda nacional	286
Fornecedores - Partes relacionadas (Maria Farinha Filmes e Produções)	93
Total	<u>379</u>

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Patrimônio social

Corresponde à doação inicial realizada pelo associado mantenedor.

7.2. Fundo de reserva

Conforme previsto no Estatuto Social, o INSTITUTO não distribuirá, sob nenhuma forma, entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras ou excedentes operacionais.

Os excedentes operacionais (superávits) deverão ser aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, de forma imediata ou por meio de destinação a Fundo de reserva, que poderá ser incorporado ao Patrimônio social. Eventuais déficits futuros serão compensados pelo Fundo de reserva e, posteriormente, pelo Patrimônio social.

8. RECEITAS COM DOAÇÕES - SEM RESTRIÇÃO

	<u>2023</u>
Partes relacionadas	
Itaúsa	10.937
Total da receita com doações - sem restrição	10.937
(-) Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD	(458)
Total	10.479

9. RECEITAS E DESPESAS COM TRABALHOS VOLUNTÁRIOS E GRATUIDADES

	<u>2023</u>
Gratuidades	
Serviços de terceiros	(37)
Trabalhos voluntários	
Remuneração da Administração	(19)
Total	(56)

9.1. Remuneração da Administração

Conforme previsto no Estatuto Social, o INSTITUTO não remunerará, sob qualquer forma, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo, se instituído, e do Conselho Fiscal, se instalado, pelo exercício do cargo, cuja atuação é inteiramente voluntária.

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Desta forma, a mensuração foi realizada com base na pesquisa sobre remuneração dos administradores realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2022.

10. DESPESAS COM DOAÇÕES PARA PROJETOS

Projeto	Parceiro	Nota	2023
Conservação do meio ambiente			
Amazônia 2030	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(a)	(1.100)
Brazilian Climate Finance Intelligence Hub	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(b)	(1.100)
Concertação para a Amazônia	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável	(c)	(1.000)
Conexão povos da floresta	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável	(d)	(1.000)
CRA de impacto socioambiental	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável	(e)	(500)
Instituto Comida do Amanhã	Instituto Ibirapitanga	(f)	(500)
Anuário climático das cidades	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(g)	(500)
Programa ação climática	Instituto Votorantim	(h)	(300)
Cátedra Josué de Castro	Instituto Ibirapitanga	(i)	(250)
			(6.250)
Produtividade e sustentabilidade			
Amazônia 2030	Instituto Clima e Sociedade - ICS	(a)	(1.100)
Concertação para a Amazônia	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável	(c)	(500)
CRA de impacto socioambiental	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável	(e)	(500)
Cátedra Josué de Castro	Instituto Ibirapitanga	(i)	(250)
Estudo "Transição para sustentabilidade & inclusão produtiva"	Fundação Arymax	(j)	(83)
			(2.433)
			(192)
			(8.875)

(-) Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD

(a) Amazônia 2030: É uma iniciativa de pesquisadores brasileiros cujo objetivo é contribuir para que a Amazônia tenha condições de alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e uso sustentável dos recursos naturais até 2030.

(b) Brazilian Climate Finance Intelligence Hub: A missão do *hub* é criar uma comunidade de analistas e pesquisadores que possam interpretar os impactos da transição climática para as empresas e fornecer informações orientadas para a tomada de decisões aos decisores financeiros.

(c) Concertação para a Amazônia: É uma rede de mais de 600 lideranças formada na perspectiva de qualificar o debate em torno de soluções à conservação e desenvolvimento sustentável da região.

(d) Conexão povos da floresta: O objetivo é levar internet rápida (100mb) para 1 milhão de pessoas, em mais de 5000 comunidades, que cuidam de 116 milhões de hectares de florestas.

(e) CRA de impacto socioambiental: O CRA (Certificado de Recebíveis Agrícolas) é baseado no modelo *blended finance* com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e a produção sustentável do Cacau na Mata Atlântica e na Amazônia.

(f) Instituto Comida do Amanhã: O objetivo é o fortalecimento institucional da entidade e o apoio à consolidação e ampliação do LUPPA — Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares, para apoiar a criação de planos municipais de segurança alimentar e nutricional.

(g) Anuário climático das cidades: Será uma publicação anual que pretende pautar as discussões climáticas subnacionais brasileiras e contribuir para a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e o debate sobre federalismo climático no Brasil.

(h) Programa ação climática: Tem como objetivo apoiar a gestão pública municipal no desenvolvimento de competências para o enfrentamento das mudanças climáticas. Durante a COP 28 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) foi lançado o Índice de Vulnerabilidade Climática que mensura a vulnerabilidade a fenômenos climáticos extremos.

(i) Cátedra Josué de Castro: Espaço de discussão e compartilhamento entre cientistas e atores da sociedade civil em torno das transformações dos sistemas alimentares no país a partir da interação entre as diversas dimensões da sustentabilidade (econômica, ecológica, da saúde humana, sociocultural e política).

(j) Estudo “Transição para sustentabilidade & inclusão produtiva”: Tem como objetivo identificar diretrizes e orientações para políticas públicas e projetos sociais que busquem aliar a transição para a economia verde com a necessidade de inclusão produtiva.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
Serviços de terceiros	(a)	(361)
Publicidade e comunicação institucional	(b)	(583)
Viagens, estadias e refeições		(6)
Outras		(1)
Total		(951)

(a) Do saldo de R\$361, R\$254 referem-se à contratação da Fundação Getúlio Vargas – FGV para a realização de estudo conceitual sobre a produtividade e sustentabilidade com o objetivo de conceituar o termo, apresentar o estado da arte no Brasil e no mundo e apontar oportunidades e deficiências neste campo.

(b) Do saldo de R\$583: (i) R\$480 referem-se aos gastos com o evento de lançamento do INSTITUTO; e (ii) R\$93 referem-se à produção de vídeo manifesto do INSTITUTO (Nota 6).

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	19
	19
Despesas financeiras	
COFINS sobre receita financeira	(3)
IR sobre aplicações financeiras	(2)
	(5)
Total	14

* * *



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Instituto Itaúsa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Itaúsa ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 01 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 01 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

